A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRA: REVISÃO INTEGRATIVA

Laura Minuci Melo (PIBIC-Cnp-FA-UEM), Anny Caroline Ribeiro Devechi (Co-autora), Luana Cristina Bellini (Coorientadora), Marcelle Paiano (Orientadora)

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Enfermagem/Enfermagem de Saúde Pública.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação inclusiva; Escolas públicas.

RESUMO

Objetivo: analisar as estratégias, os desafios e os avanços relacionados à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas públicas brasileiras. Método: revisão integrativa realizada nas bases Biblioteca Virtual em Saúde, MEDLINE, SCOPUS e Web of Science, com aplicação da estratégia PICo. Após a identificação de 496 publicações, a triagem e a avaliação de elegibilidade resultaram em 14 artigos incluídos. Resultados: os achados foram organizados em três categorias: práticas pedagógicas e recursos educacionais; desenvolvimento humano e relações sociais; e desafios sistêmicos e estruturais. Destacaram-se o Plano Educacional Individualizado, as tecnologias móveis, as histórias sociais, a mediação por pares, a colaboração família-escola e a formação docente. Persistiram barreiras relacionadas à insuficiência de recursos humanos e materiais, à insegurança profissional, à utilização limitada do Atendimento Educacional Especializado e à distância entre a legislação e as práticas escolares. Conclusão: a inclusão de crianças com TEA no ensino público brasileiro encontra-se em construção e requer formação continuada, articulação entre os serviços, recursos adequados e fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição do neurodesenvolvimento associada a diferenças na comunicação e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento. No contexto brasileiro, a ampliação do acesso à escola regular convive com dificuldades para assegurar participação, aprendizagem e continuidade da trajetória escolar de estudantes com TEA (Vasconcellos; Rahme; Gonçalves, 2020). A presença física, portanto, não garante a efetivação da inclusão.

Na realidade escolar, permanecem dificuldades relacionadas à formação docente, à adaptação curricular, à disponibilidade de recursos, à articulação entre ensino regular e Educação Especial e à colaboração com as famílias (Costa; Schmidt; Camargo, 2023). Diante desse cenário, torna-se relevante sintetizar as evidências

sobre as estratégias utilizadas e os obstáculos que limitam a efetivação da inclusão de crianças com TEA nas escolas públicas brasileiras. Assim, justifica-se a necessidade de se realizar esta pesquisa, cujo objetivo é analisar, na literatura científica, as estratégias, os desafios e os avanços da inclusão de crianças com TEA em escolas públicas brasileiras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão integrativa da literatura em seis etapas. A questão norteadora foi elaborada pela estratégia PICo: P (crianças); I (estratégias de inclusão); Co (escolas públicas brasileiras). A questão foi: “Como é realizada a inclusão de crianças com TEA nas escolas públicas brasileiras?”. Foram incluídos artigos originais, disponíveis gratuitamente, publicados em português e sem recorte temporal, que respondessem à questão de pesquisa. Excluíram-se publicações cinzentas, editoriais, cartas, artigos de opinião e revisões.
A busca foi realizada em dezembro de 2024, nas bases BVS, MEDLINE, SCOPUS e Web of Science, com descritores DeCS/MeSH e estratégias adaptadas a cada base. Dois revisores independentes realizaram a triagem de títulos, resumos e textos completos, com exclusão de duplicatas. O processo foi apresentado em fluxograma adaptado do PRISMA. Foram identificadas 496 publicações; 75 foram consideradas elegíveis e 14 compuseram a amostra final. A síntese qualitativa foi descritiva e organizada em três categorias temáticas. Por utilizar dados públicos, o estudo não necessitou de apreciação ética.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 14 estudos incluídos apresentaram desenhos qualitativos, quantitativos, mistos, experimentais e estudos de caso. A síntese temática foi organizada em três categorias, que reúnem estratégias pedagógicas, dimensões relacionais e barreiras institucionais da inclusão.

Categoria 1: Práticas Pedagógicas e Recursos Educacionais

Os estudos apontaram como estratégias relevantes a adaptação curricular, o apoio individualizado, o Plano Educacional Individualizado (PEI), a comunicação alternativa, as histórias sociais, os jogos cooperativos e a mediação por pares. O PEI favoreceu o planejamento compartilhado e a definição de objetivos comuns entre os profissionais (Costa; Schmidt; Camargo, 2023), indicando que a individualização do ensino requer articulação entre os responsáveis pelo processo educativo. A mediação por pares ampliou o engajamento acadêmico de alunos com autismo (Ramos et al., 2021), ressaltando a importância das interações no cotidiano escolar. Tecnologias móveis, especialmente tablets, mostraram potencial de acessibilidade e interação, embora dependam de infraestrutura e formação docente (Santarosa; Conforto, 2015). Esses achados indicam que os recursos pedagógicos precisam estar integrados ao planejamento e ao acompanhamento das necessidades de cada estudante

Categoria 2: Desenvolvimento Humano e Relações Sociais

A relação família-escola foi descrita como componente essencial para o planejamento e o acompanhamento do desenvolvimento infantil (Cabral; Falcke; Marin, 2021). Articulado ao planejamento compartilhado do PEI (Costa; Schmidt; Camargo, 2023), esse achado reforça a importância da comunicação entre familiares e profissionais para definir objetivos e acompanhar a participação da criança. A mediação por pares também evidenciou a contribuição das relações entre estudantes para o engajamento acadêmico (Ramos et al., 2021). Assim, a dimensão relacional da inclusão deve integrar as práticas pedagógicas, com oportunidades de interação e colaboração no cotidiano escolar. As necessidades formativas dos professores, por sua vez, reforçam a importância de uma formação continuada vinculada às demandas concretas das aulas comuns (Rodrigues; Sales, 2024).

Categoria 3: Desafios Sistêmicos e Estruturais

Apesar do aumento das matrículas e da existência de políticas inclusivas, os estudos identificaram dificuldades de participação, aprendizagem, continuidade da trajetória escolar e acesso a níveis mais avançados de ensino (Vasconcellos; Rahme; Gonçalves, 2020). Também foram observadas limitações na articulação entre ensino regular e Educação Especial, uso restrito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), escassez de profissionais qualificados, falta de materiais e implementação desigual das políticas (Rodrigues; Sales, 2024). Esses resultados evidenciam a distância entre o acesso à escola e a concretização da inclusão no cotidiano. A matrícula precisa ser acompanhada de condições institucionais que sustentem o trabalho pedagógico, a permanência e a aprendizagem. Nesse sentido, a síntese aponta a necessidade de fortalecer o AEE, a formação continuada e o trabalho colaborativo, articulando os recursos disponíveis às necessidades dos estudantes.

Em conjunto, os achados indicam que a inclusão escolar de crianças com TEA depende da articulação entre estratégias pedagógicas individualizadas, relações colaborativas e apoio institucional. Como limitação, destaca-se a inclusão apenas de artigos em português e de acesso livre, o que pode ter restringido a abrangência da busca.

CONCLUSÕES

A inclusão de crianças com TEA nas escolas públicas brasileiras constitui um processo em construção. As evidências reunidas destacam a contribuição do PEI, das tecnologias móveis, das histórias sociais, da mediação por pares e da colaboração família-escola. Entretanto, persistem obstáculos relacionados à formação docente, aos recursos humanos e materiais, ao uso limitado do AEE e à distância entre a legislação e as práticas escolares. Recomenda-se o fortalecimento de políticas institucionais, da formação continuada e do trabalho colaborativo para garantir uma educação equitativa e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Cnpq e a Universidade Estadual de Maringá pelo financiamento e apoio para o desenvolvimento deste estudo.

REFERÊNCIAS

CABRAL, C. S.; FALCKE, D.; MARIN, A. H. Relação família-escola-criança com transtorno do espectro autista: percepção de pais e professoras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, e0156, 2021. DOI: 10.1590/1980-54702021v27e0156.

COSTA, D. D. S.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. P. H. Plano educacional individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280098, 2023.

RAMOS, F. dos S. et al. Intervenção mediada por pares no engajamento acadêmico de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, e0261, 2021. DOI: 10.1590/1980-54702021v27e0261.

RODRIGUES, S. R. de M. C.; SALES, L. C. Necessidades formativas do professor frente à demanda de alunos da educação especial em aulas comuns. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, e0097, 2024.

SANTAROSA, L. M. C.; CONFORTO, D. Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2015.

VASCONCELLOS, S. P.; RAHME, M. M. F.; GONÇALVES, T. G. G. L. Transtorno do espectro autista e práticas educativas na educação profissional. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 555–566, 2020. DOI: 10.1590/1980-54702020v26e0060.